

## A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências e inovações

José Szwako<sup>I</sup> Monika Dowbor<sup>II</sup> Ramon Araujo<sup>III</sup> 

### Introdução<sup>1</sup>

A reflexão específica sobre movimentos sociais emerge nas Ciências Sociais, nas décadas de 1960 e 1970, em oposição à ideia de que pessoas e grupos que se mobilizam, ou que se mobilizam de modo disruptivo, não passariam de coletivos irracionais ou massas ressentidas e anormais (Della Porta; Diani, 2006). Já no Brasil, a produção sobre os movimentos sociais (MS) nasceu sob o signo da redemocratização: movimentos populares (urbanos, de favela, de periferia, de luta por creche), movimento contra a carestia, comunidades eclesiais de base foram alguns dos personagens que entravam então em cena marcando a gênese dos estudos de MS no país (cf. Cardoso, 1983; Boschi, 1987; Sader, 1988). Ao lado desses MS, outros sujeitos e causas, tais como os movimentos negros, ambientais e feminismos, também entravam na agenda pública sem data para sair. Desde

fins dos anos 1970 até hoje, as Ciências Sociais brasileiras vêm, tanto intelectual como politicamente, acompanhando esses atores (Szwako; Dowbor; Carlos, 2016; Bandeira, 2011; Doimo, 1995), de modo a inquirir suas relações e estratégias, conquistas e ambiguidades, limites e potenciais.

Desde os anos 1980, não foi pouco o investimento já feito por outras revisões bibliográficas sobre MS<sup>2</sup>. A despeito dessa quantidade expressiva de sínteses, este texto não se propõe expor ou reler as principais ou mais destacadas obras sobre o tema. Assumindo, antes, perfil bibliométrico — e apenas parcialmente bibliográfico —, nosso texto se pergunta pela morfologia da produção de artigos sobre mobilizações e MS no Brasil entre 2000 e 2017. Quer dizer, oferecemos aqui um mapeamento da produção recente sobre o tema de olho na sua taxonomia e na continuidade, ou não, no âmbito das referências bibliográficas (se são compartilhadas

<sup>I</sup>Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Pró-Cientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: zeszwako@iesp.uerj.br

<sup>II</sup>Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo (RS), Brasil. E-mail: mdowbor@gmail.com

<sup>III</sup>Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: ramontorresaraujo@gmail.com

Recebido em: 16/04/2019. Aprovado em: 02/08/2019.

- 1 Neste texto desenvolvemos dados e análises de parte da tese *Da falta ao conflito*, de Ramon Araujo. Os autores gostariam de deixar expressa a dívida metodológica com Marcelo Paiva Santos, a quem agradecemos a paciência e a disposição. Somos os únicos responsáveis por eventuais deslizos e equívocos.
- 2 Para os balanços, ver Machado da Silva e Ziccardi (1978), Jacobi (1980; 1987), Cardoso (1983; 1987) e Kowarick (1987).

ou dispersas) no conjunto de textos analisados. Antes de passarmos ao comentário metodológico seguido da análise taxonômica e das análises de redes dessa mesma produção, vamos apresentar alguns dos principais pontos destacados na literatura mais recente sobre tendências e inovações na reflexão contemporânea nacional sobre MS.

Ponto comum entre os esboços de estado da arte produzidos mais recentemente repousa na ideia de que, após relativo declínio da produção observado nos anos 1990, há desde o começo deste século um interesse renovado e crescente em MS (ver Silva, 2010; Bringel; Teixeira, 2015). Traço desse interesse renovado reside, em parte, na entrada da embocadura dos teóricos da chamada *contentious politics* (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009) — mesmo se, inicialmente, “em pequena escala” (Alonso, 2009, p. 70). Outro fator destacado nos ensaios sobre MS é a emergência mais recente do ativismo transnacional como objeto de preocupação (Bringel; Teixeira, 2015). Por fim, o impulso crescente de pesquisas sobre MS indiretamente levou, “na academia, a grupos especializados de pesquisa [...], bem como em uma produção científica mais especializada” (Scherer-Warren; Lüchmann, 2015, p. 20). Quer dizer, aquele surto associativo dos tempos da redemocratização não ficou restrito à gênese das reflexões propriamente dedicadas a MS, pois teve também como efeito a especialização e a multiplicação da reflexão sobre “movimentos ambientalistas e pacifistas, movimentos urbanos, movimentos rurais, movimentos negros [...] etc., além de outros

segmentos socioculturais e os respectivos recortes sub-temáticos que, conseqüentemente, produziram diversos ‘estados-da-arte’” (Scherer-Warren; Lüchmann, 2015, p. 20).

Ponto também convergente em parte das análises é a entrada não só do Estado, mas, mais amplamente, dos atores e das instituições do sistema político nas equações analíticas pelas quais são compreendidos os MS. Pode-se dizer *a posteriori* que essa inflexão se deu face à concepção enfática da *nova sociedade civil* típica dos anos 1990. Momento particularmente rico da inflexão rumo ao reconhecimento da complexidade estatal e de seu caráter heterogêneo esteve expressamente na produção de Evelina Dagnino e na sua noção de projetos políticos (*cf.* Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006). Inspiradas por tal reflexão, e atentas à ambigüidade das relações e das tensões de redes e atores civis *vis a vis* partes do Estado brasileiro, outras produções passaram a enfatizar com maior acuidade o peso do sistema político nas explicações daqueles atores e redes (*inter alia* Abers; Bulow, 2011). No ritmo dessas inflexões, porém inspirada pelo neoinstitucionalismo histórico, uma porção do debate brasileiro — da qual somos parte fundadora e interessada — assumiu e propôs uma sorte de *interacionismo socioestatal* (Gurza Lavallo; Szwako, 2015, p. 178), distinguido pela ideia de codeterminação entre Estado e MS, de modo a dar centralidade às lógicas, aos encaixes e às capacidades operantes entre eles como componente (não exógeno<sup>3</sup>) incontornável da explicação (Gurza Lavallo *et al.*, 2019).

---

3 A compreensão relacional implicada na cognição de Estado e MS como coconstituintes traz, como corolário, o princípio de não externalidade entre ambos, de modo que é equívoca uma concepção segundo a qual “encaixes” seriam diferentes oportunidades de acesso ao Estado *previamente disponíveis* (Tatagiba *et al.*, 2018). Encaixes são, antes, artefatos institucionais disputados e construídos por meio de (re)iterações e interações socioestatais, portanto não anteriores nem *prévios*, ou sequer exteriores, a padrões de interação.

De modo muito interessante, a despeito dessa trajetória recente marcada por inflexões e acúmulos analíticos relativos, a síntese expressa nos esboços bibliográficos (à exceção de Gurza Lavalle; Szwako, 2015<sup>4</sup>) não traz uma autoimagem muito positiva: “[característica] da literatura analisada é a ausência de um debate teórico comum que articule o conjunto da produção em torno de um campo compartilhado de discussões” (Silva, 2010, p. 4). Na esteira desse diagnóstico e, paradoxalmente, em plena publicação de celebração de três décadas de seu núcleo de pesquisa sobre MS, Scherer-Warren e Lüchmann (2015, p. 35) também observam *a manutenção de um campo fragmentado e disperso*. Sem a intenção de polemizar com esse ou os demais diagnósticos, vamos, assim como os traços anteriormente destacados, cotejar tal ideia (isto é, a noção de que não haveria entre nós um debate teórico comum) com os dados relativos à dispersão, sobretudo, das referências de autoras e autores co-correntes, para verificar se, como e em que medida tal ideia se espelha no conjunto da produção bibliográfica analisada.

Após nosso comentário metodológico, apresentamos na parte taxonômica os resultados encontrados relativamente à frequência da publicação de artigos sobre MS no período selecionado; aos tipos de análises e de métodos empregados nos artigos; bem como à distribuição temática e espacial dos objetos aí escrutinados. No que tange às análises longitudinais e às de rede, perguntamos pela frequência de temas e autores, bem como pela formação de subgrupos constituídos em torno de copalavras e correferências para iden-

tificar a organização dos temas e dos debates teóricos. Assim, neste trabalho pergunta-se fundamentalmente como se organiza a produção de artigos sobre MS: o que e quanto se produziu nas duas últimas décadas sobre esse tema? Pergunta-se, além disso, sobre se e como essa produção compartilha, ou não, autores e autoras comuns. Pretendemos, com isso, contribuir duplamente, seja para os recém-iniciados e em formação nos estudos sobre MS no país, seja, igualmente, para a autocompreensão de nossa subárea temática.

### **Comentários metodológicos**

A construção e a análise do *corpus* demandaram uma série de cuidados metodológicos que necessitam ser apresentados. Assim, para organizar a presente seção, discorreremos, primeiramente, sobre o modo como ele foi construído para, na sequência, expor a forma como ele foi analisado.

Para a construção do *corpus*, trabalhamos com uma técnica de raspagens de dados na *web*, mais conhecida como *Web Scraping*, fazendo uso da linguagem de programação *Python* e do pacote apropriado para tal tarefa chamado *Beautiful Soup*. Em primeiro lugar, selecionamos todos os textos do portal SciELO.br<sup>5</sup>, publicados entre 2000 e 2017, que continham no título e/ou no resumo e/ou nas palavras-chave os seguintes termos: “movimento” (n = 4.877); “movimentos” (2.651); “ação coletiva” (575); “ações coletivas” (161); “conflito” (1.186); “conflitos” (1.725); “confronto” (417); “confrontos” (64); “protesto” (61); “protestos” (77); “mobilização” (941); “mobilizações” (83);

4 Cujo subtítulo enfatiza nomeadamente os *avanços no debate*.

5 O Scientific Electronic Library Online (SciELO) é um portal virtual de acesso livre a publicações acadêmicas financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme).

“manifestação” (1.352); “manifestações” (2.734); “reivindicação” (96); e “reivindicações” (145), totalizando 17.145 textos.

Em segundo lugar, selecionamos, dos 17.145 textos, somente aqueles que foram publicados nos periódicos avaliados como A1 e A2 pelo sistema Qualis-CAPES, durante o quadriênio 2013–2016, nas áreas de antropologia, ciência política e sociologia, fazendo com que o número de textos caísse para 4.473, já descartando os duplicados<sup>6</sup>. Em seguida, lemos os títulos dos mais de quatro mil textos e excluímos aqueles que, definitivamente, não tinham relação com o tema de MS. Os textos cujos títulos geraram qualquer dúvida foram mantidos. Desse modo, excluímos 3.046 e selecionamos 1.427 textos.

Dos excluídos (n = 3.046), selecionamos aleatoriamente uma amostra de 228 textos<sup>7</sup> para, a partir da leitura de seus resumos, confirmar se, de fato, tratavam do nosso tema de interesse — o que foi confirmado. Em relação aos selecionados (n = 1.427), para avaliar se faziam parte do campo em questão, preferimos analisá-los por meio das leituras de seus resumos e de fragmentos dos textos, à luz de uma definição de MS elaborada por nós. Assim como Kauchakje (2010), optamos por esse tipo de procedimento não automatizado ao perceber que se baseássemos a nossa seleção exclusivamente nas palavras-chave, por exemplo, perderíamos muitos textos importantes<sup>8</sup>.

Com isso, dos 1.427 textos, selecionamos aqueles que buscaram compreender, de diferentes maneiras, ações coletivas de diversos tipos (mais ou menos organizadas, espontâneas, disruptivas, institucionalizadas etc.) e em suas diferentes dimensões (organizacional, simbólica etc.), motivadas por reivindicações que buscavam disputar recursos políticos, econômicos e culturais, de modo a promover ou se opor a transformações sociais. Considerando que os recursos em disputa são escassos, as reivindicações deveriam ser, necessariamente, contrárias aos interesses de outros atores, ou seja, as ações coletivas abordadas nos trabalhos selecionados precisavam apresentar, em maior ou menor grau, um caráter conflitivo ou concorrencial.

No procedimento da exclusão, foram suprimidos trabalhos cujos MS se faziam presentes, às vezes até com certa centralidade, mas que não buscavam compreender alguma dimensão da ação coletiva ou do conflito. Outros, que tratavam de movimentos artísticos, como o *movimento hip hop*, ou religiosos, como o *movimento pentecostal*, mas sem abordá-los como MS — isto é, em nossa definição, sem tratá-los com base em suas interações e disputas por recursos, seja contra outros movimentos sociais, seja *vis a vis* o sistema político —, também foram excluídos. Além disso, descartamos todas as resenhas, as entrevistas, os editoriais, entre outros tipos de escritos distintos de artigos, assim como todos os artigos que não apresentavam resumos ou

6 A distribuição do número de textos por palavras ficou da seguinte maneira: “movimento” (n = 1.361); “movimentos” (946); “ação coletiva” (410); “ações coletivas” (94); “conflito” (552); “conflitos” (802); “confronto” (180); “confrontos” (41); “protesto” (41); “protestos” (54); “mobilização” (324); “mobilizações” (63); “manifestação” (158); “manifestações” (314); “reivindicação” (65); “reivindicações” (110).

7 Esperamos com a amostra n = 228 um erro amostral de 5%, no intervalo de confiança de 95% (IC95%).

8 Só para mencionar um exemplo, o artigo de Gomes e Sorj (2014, p. 433), que buscou *explorar, a partir da análise da Marcha das vadias, os contrastes e continuidades entre diferentes gerações feministas*, não seria selecionado, pois suas respectivas palavras-chave são: “feminismo”, “Marcha das vadias”, “gerações” e “identidade”.

referências bibliográficas. Em outros termos, consideramos somente os textos classificados *pelas próprias revistas* como artigos acadêmicos que dispunham de resumos e referências.

Ao final desse processo, selecionamos, para compor o *corpus* da pesquisa, uma lista de 447 artigos publicados em 43 periódicos. Do total de 2.492 números que foram publicados por esses periódicos, entre 2000 e 2017, 2.234 estão disponíveis no SciELO.br, ou seja, 90% deles podem ser encontrados no portal.

No tocante ao modo como o *corpus* foi analisado, lançamos mão da análise de frequência e da proporção de artigos publicados por ano sobre MS em relação ao total de artigos publicados pelas revistas, com o intuito de aferir se houve um aumento do interesse por esse tema no período abarcado. Além disso, fizemos uma espécie de taxonomia da produção, classificando, com base nas leituras dos resumos e de fragmentos dos artigos compilados, o tipo de trabalho (teórico ou empírico); e, caso fosse empírico, a metodologia empregada (qualitativa, quantitativa ou quali quantitativa); a região compreendida pela pesquisa (Brasil, Argentina, Bahia, Minas Gerais etc.); e o tipo de movimento analisado (negro, mulheres/feminista, rural etc.). Na seção seguinte, em que expomos os resultados desta análise, explicamos com maiores detalhes as categorias utilizadas para classificar os artigos.

Avançando, nesse sentido, realizamos, com base em dois tipos de dados, dois tipos de análise. Em relação aos tipos de dados, analisamos o conjunto de *palavras de nosso interesse* presente nos títulos e nos resumos — sendo elas analíticas, tais como contestação, repertório, ideologia, confronto, ação coletiva etc., ou empíricas, tais como indígena, feminismo,

rural, urbano, sindicalismo etc. — e o conjunto de *autores citados* nos 447 artigos.

No que diz respeito aos tipos de análise, fizemos, primeiramente, uma análise de frequência longitudinal das palavras de interesse e dos autores citados para buscar identificar se houve, durante o período abarcado, uma transformação no conjunto dos termos e das referências empregados. Posteriormente, realizamos análises das redes de palavras do nosso interesse (presentes nos títulos e nos resumos) e dos autores citados. No grafo de copalavras, foram incluídas aquelas que apresentaram, ao menos, quatro relações com outra palavra, ou seja, se dois termos apareceram juntos nos títulos e/ou nos resumos de, pelo menos, quatro artigos, eles foram inseridos no grafo. Já no grafo de correferências, foram incluídos os autores que apresentaram, ao menos, oito relações com outro autor, isto é, se dois autores apareceram juntos nas referências bibliográficas de, pelo menos, oito artigos, eles foram inseridos no grafo. Dessa feita, tais análises nos permitiram identificar as palavras e os autores que foram mencionados conjuntamente em diferentes artigos, proporcionando pistas relevantes para se compreender a configuração do debate.

As análises dos grafos foram feitas com o auxílio do pacote NetworkX, no Python, com base em três medidas: densidade, densidade relativa e *betweenness*. A primeira é a razão entre o número de arestas (relações) existentes e o total de arestas possíveis de existirem na rede, oferecendo-nos uma noção básica do quão relacionados estão os nós de uma rede. A segunda foi empregada para identificar os subgrupos das duas redes gerais. Essa medida, que foi calculada a partir do método de modularidade<sup>9</sup>, identifica um

---

9 Mais especificamente, calculamos a densidade relativa a partir do algoritmo Louvain (Blondel *et al.*, 2008).

conjunto de nós que apresentam alta densidade entre si, formando um subgrupo, e baixa densidade entre os outros, que, por sua vez, formam outros subgrupos. A terceira, também conhecida como centralidade de intermediação, mede o quanto um determinado nó se encontra entre os outros nós, ou seja, o quanto determinado nó está intermediando todos os outros nós, oferecendo uma noção da centralidade que determinados nós (palavras e autores) exercem em suas redes<sup>10</sup>.

### Taxonomia

O objetivo desta seção é oferecer uma noção introdutória do *corpus* analisado. De acordo com os resultados, podemos perceber o aumento do número de artigos sobre MS, saindo de seis, em 2000, para 44, em 2017, apresentando tendência de crescimento ao longo de todo o período. Também conseguimos identificar uma inflexão a partir de 2014, muito provavelmente influenciada pelas chamadas Jornadas de Junho, em 2013.

Se entre 2006 e 2013 foi publicada, por ano, uma média de aproximadamente 26 artigos sobre MS, em 2014 foram publicados 40 artigos, aumentando ainda mais nos anos seguintes (Gráfico 1).

Analisando os artigos sobre MS em relação ao total de artigos publicados pelas 43 revistas, também foi possível identificar o aumento do interesse pelo tema, considerando que, em 2000, somente 0,65% de todos os artigos publicados pelas revistas tratava de questões relacionadas aos movimentos e, em 2017, essa porcentagem subiu para 2,02%. Vale ressaltar ainda que de fato ocorreu inflexão em 2013, pois, entre 2006 e 2013, a média de artigos sobre MS publicados por ano era de 1,28%, tendo aumentado, em 2014, para 1,91%.

Essa elevação acentuada do número de artigos no ano de 2014, após o ciclo de protestos que atravessou o mês de junho de 2013, reforça o argumento defendido por alguns autores de que, no Brasil, o interesse acadêmico pelos estudos de MS está profun-

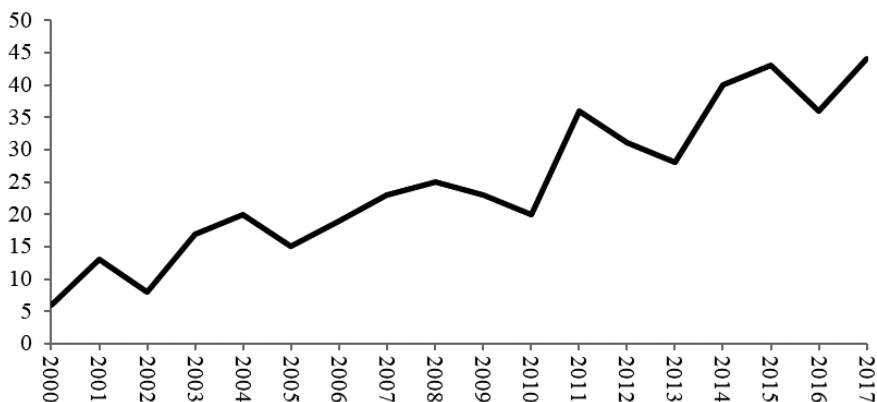


Gráfico 1. Número de artigos sobre movimentos sociais (2000–2017).

10 Para mais detalhes sobre as medidas empregadas nas análises de rede, ver Hagberg, Schult e Swart (2008).

damente relacionado às mudanças na nossa conjuntura política. Assim, quando as manifestações se intensificam e os MS ganham maior visibilidade, o interesse pelo tema cresce, e vice-versa. Para Bringel e Teixeira (2015), essa dinâmica gera alta volatilidade das interpretações, impedindo que haja a construção permanente de acúmulos coletivos orientados por questões teóricas comuns, o que pode, até mesmo, servir como hipótese potencial para o argumento de que, supostamente, não há uma agenda de pesquisa comum entre os estudiosos da área.

Em relação ao perfil dos artigos analisados, 403 foram classificados como trabalhos empíricos, enquanto 44 foram definidos como teóricos. Consideramos como empíricos aqueles trabalhos que se utilizaram de métodos específicos para analisar objetos observáveis, espacial e temporalmente definidos, e como teóricos quando a proposta do trabalho foi discutir, sobretudo, ideias, conceitos, teorias etc. Alguns trabalhos teóricos, às vezes, até apresentaram determinados dados, mas de maneira pouco sistemática, de modo apenas a ilustrar certas afirmações teoricamente construídas. Os trabalhos empíricos também desenvolveram uma série de proposições teóricas, mas estas foram empiricamente fundamentadas, ao invés de ilustradas. Enquanto, no primeiro caso, os dados foram pegos posteriormente de fontes secundárias para corroborar os argumentos, no segundo, os resultados das análises empíricas vieram antes das conclusões teóricas. Importante dizer que os balanços

bibliográficos — mesmo os mais bibliométricos — foram considerados trabalhos teóricos (Tabela 1).

Os métodos qualitativos foram empregados pela maioria dos artigos empíricos, evidenciando e reforçando a escassez de pesquisas quantitativas nos estudos sobre MS (Duriguetto; Silva; Souza, 2009; Valmore; Souza, 2016). Dos 403 trabalhos empíricos, 356 (88,34%) fizeram uso de entrevistas, observações participantes, etnografias, grupos focais, entre outros métodos qualitativos. Apenas 11 artigos (2,73%) lançaram mão de métodos exclusivamente quantitativos e 36 (8,93%), de métodos mistos — quali-quantitativos. Consideramos quantitativos (ou mistos) os trabalhos que utilizaram, pelo menos, estatísticas descritivas ou inferenciais para analisar os dados. Porém, como é possível perceber pelo número de artigos que empregaram métodos mistos, a maioria dos trabalhos usou somente estatísticas descritivas bem simples para complementar as análises qualitativas (Tabela 2).

Em relação às regiões abarcadas, as pesquisas circunscreveram-se predominantemente ao Brasil. De todos os artigos empíricos, 287 (71,22%) compreenderam regiões limitadas à fronteira brasileira

**Tabela 1. Tipos de trabalho.**

	Empírico	Teórico	
N de artigos	403	44	$\Sigma = 447$
% de artigos	90,16	9,84	$\Sigma = 100,00$

**Tabela 2. Tipos de método.**

	Qualitativa	Quantitativa	Qualiquantitativa	
N de artigos	356	11	36	$\Sigma = 403$
% de artigos	88,34	2,73	8,93	$\Sigma = 100,00$

(o próprio país ou suas regiões, estados, cidades etc.). Noventa e cinco (23,57%) artigos, que classificamos como *internacionais*, analisaram, ao menos, um país diferente do Brasil. Dezesete deles empreenderam estudos comparativos entre Brasil e outros países. O restante, isto é, 84 artigos, realizou estudos comparativos entre países, sem considerar o Brasil, ou pesquisou um país diferente do Brasil — por exemplo, Argentina, Portugal, Paraguai, África do Sul, Canadá, Marrocos, entre outros. Os 21 artigos (5,21%) que trataram explicitamente dos MS ou, de maneira mais geral, do ativismo transnacional foram classificados como *transnacionais* (Tabela 3).

Dos 287 artigos cujos objetos se encerraram no Brasil, cinco (1,74%) analisaram lugares localizados no Centro-Oeste, tais como Distrito Federal, Mato Grosso, Goiânia etc.; 15 (5,23%) abarcaram regiões do Norte do país, tais como Pará, Roraima ou Amazônia; 21 (7,32%) compreenderam locais do Nordeste, tais como Bahia, Ceará, Pernambuco, Campina Grande etc.; 30 (10,45%) pesquisaram lugares do Sul, tais como Paraná, Rio Grande do Sul, Florianópolis etc.; e 78 (27,18%) estudaram locais da Região Sudeste, tais como Mi-

nas Gerais, Rio de Janeiro, Campinas etc. Os outros 138 (48,08%) artigos abrangeram todo o território nacional ou mais de uma região (Tabela 4).

No que concerne aos tipos de MS analisados, podemos perceber a predominância incontestável de três, a saber: os movimentos rurais, com 83 artigos; os movimentos de mulheres/feministas, com 82; e os movimentos de trabalhadores, com 55 — acompanhando, assim, os resultados encontrados por Kauchakje (2010, p. 123), pelo menos em relação aos movimentos rurais e de trabalhadores, que responderam, juntos, por 45,7% das teses e das dissertações analisadas pela autora. Vale ressaltar que o predomínio desses movimentos é compatível com os resultados dos subgrupos, como será visto mais à frente. Os tipos de movimento mais pesquisados foram os que chamamos de *variado* (31 artigos), ou seja, os trabalhos que analisaram eventos de protesto, como as Jornadas de Junho — ao invés de se dedicar a um ou poucos movimentos específicos —, seguidos pelos movimentos urbanos (31), negros (28), de saúde (26), LGBTs (20), ambientalistas (17) e indígenas (16). Outros tipos de movimento também foram identificados no *corpus*, mas pelo reduzido número de artigos

**Tabela 3. Regiões abarcadas pelas pesquisas.**

	Nacional	Internacional	Transnacional	
N de artigos	287	95	21	$\Sigma = 403$
% de artigos	71,22	23,57	5,21	$\Sigma = 100,00$

**Tabela 4. Regiões do Brasil abarcadas pelas pesquisas.**

	Nacional	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
N de artigos	138	5	15	21	78	30	$\Sigma = 287$
% de artigos	48,08	1,74	5,23	7,32	27,18	10,45	$\Sigma = 100,00$



dedicados a eles, preferimos não apresentar seus resultados<sup>11</sup> (Gráfico 2).

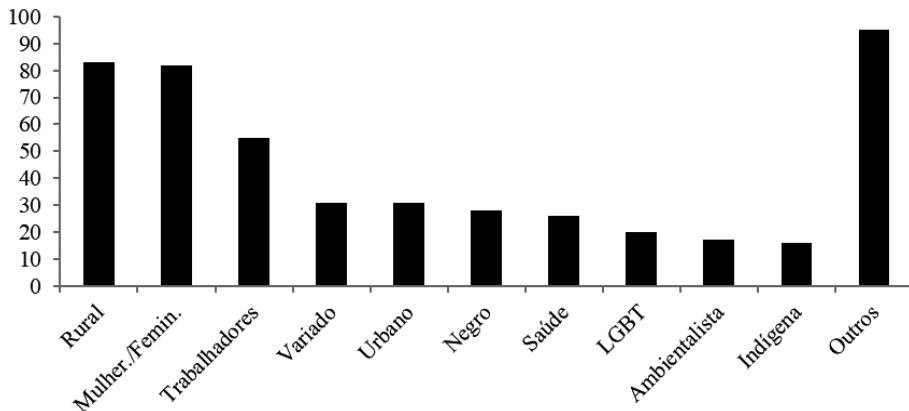
Diversos artigos trataram de mais de um movimento, por exemplo, os que buscaram compreender o conflito entre os movimentos feministas e religiosos em torno dos direitos reprodutivos, ou de movimentos interseccionais, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento de Mulheres Negras, entre outros. Nesses casos, codificamos mais de um tipo de movimento para o mesmo artigo. Dessa maneira, a soma do número de artigos dedicados aos diferentes tipos de MS supera os 447 trabalhos que compõem o *corpus*.

No que diz respeito às classificações passíveis de gerar certas confusões, no grupo dos movimentos rurais incluímos aqueles de luta pela terra (sem terras e posseiros), de camponeses, seringueiros, pescadores, agroecológicos etc. Como movimentos de trabalhadores, consideramos as pesquisas sobre greves, sindicatos, fábricas recuperadas

etc. Importante dizer que os trabalhos dedicados especificamente a sindicatos rurais foram classificados exclusivamente como de trabalhadores. Como movimentos urbanos, incluímos os de luta por moradia (sem teto), favelados, sociedades de amigos de bairro etc. Classificamos como movimentos de saúde os de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), de luta antimanicomial, sanitaristas etc. Por último, é necessário dizer que, sem ignorar as tensões entre os movimentos *queer* e LGBT, além das críticas que podemos receber por conta da nossa opção, preferimos classificar todos esses movimentos como de LGBT para não criar mais uma categoria e dificultar ainda mais o trabalho de análise.

#### **Análise longitudinal: termos e autores mais frequentes**

Elaboramos duas análises longitudinais. A primeira delas é referente às autorias mais



**Gráfico 2. Número de artigos dedicados aos tipos de movimentos sociais (2000–2017).**

<sup>11</sup> Para mencionar um exemplo, incluímos na categoria *Outros* os movimentos relacionados especificamente a questões educacionais, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Escola Sem Partido, entre outros.

presentes nas referências bibliográficas, ao passo que a segunda diz respeito à frequência de termos mais ocorrentes em títulos e resumos. Vamos àquela primeira análise.

Na frequência de autores, a Tabela 5 chama atenção, primeiramente, à entrada triunfal de autores ligados à Teoria do Processo Político, desenvolvida nos Estados Unidos. Sidney Tarrow e Charles Tilly ocupam aí os dois primeiros lugares no período entre 2009 e 2017, posto que pertenciam aos teóricos da escola europeia de Novos Movimentos Sociais como Alain Touraine e Manuel Castells. Outro expoente da Europa é Boaventura de Sousa Santos, que desaparece da lista dos 16 autores mais frequentes, enquanto chama a atenção a permanência dos

franceses Michael Foucault e Pierre Bourdieu e a importância de Alberto Melucci em ambos os períodos.

Entre os autores brasileiros, permanecem Maria da Glória Gohn, Evelina Dagnino e Ilse Scherer-Warren, que mantiveram a produção em torno de MS nos anos 1990, ao passo que Angela Alonso desponta na segunda lista — o que mostra a importância de pesquisadoras nesse campo de estudo no Brasil. O que a comparação entre os dois períodos nos mostra, em geral, é uma mudança na importância de grupos de autores que representam abordagens teóricas distintas sobre os MS, com a ascensão de autores ligados à chamada *política de confronto*, o que pode explicar a frequência de palavras ligadas ao Estado e a instituições, como veremos a seguir. Ao mesmo tempo, essa mudança não impediu alguma continuidade, muito rebaixada, da escola europeia, representada por Alain Touraine e Manuel Castells (1977). Por fim, vale apontar a presença de autores que não pertencem propriamente a nenhuma escola, mas continuam como importantes referências, tais como Pierre Bourdieu, David Harvey e Judith Butler. Talvez essas referências dissipadas na lista dos 16 autores mais importantes sejam indicador bibliométrico de debates especializados.

A análise das 15 palavras mais frequentes nos dois períodos analisados (2000–2008 e 2009–2017) chama atenção, em primeiro lugar, para a presença maciça de termos empírico-descritivos — terra, mulher, educação, trabalhador, direito, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), feminismo, lutas, participação etc. —, em detrimento de categorias analíticas propriamente ditas relacionadas com as teorias de MS como modo específico de ação coletiva. Em segundo lugar, também na Tabela 6, nota-se a repetição de dez das 15 palavras, o

**Tabela 5. Os 16 autores mais frequentes nas referências bibliográficas.**

2000–2008		2009–2017	
(146 artigos)	F	(301 artigos)	F
Touraine, A.	19	Tarrow, S.	60
Castells, M.	16	Tilly, C.	55
Bourdieu, P.	14	Melucci, A.	48
Foucault, M.	14	Gohn, Maria da G.	40
Scherer-Warren, I.	14	McAdam, D.	39
Melucci, A.	13	Foucault, M.	30
Gohn, Maria da G.	11	Bourdieu, P.	28
Dagnino, E.	10	Dagnino, E.	28
Tarrow, S.	10	Alonso, A.	28
Sousa Santos, B.	9	Scherer-Warren, I.	25
Fraser, N.	9	Castells, M.	24
Giddens, A.	8	Touraine, A.	24
Habermas, J.	8	Harvey, D.	22
Hall, S.	8	Butler, J.	22
Eder, S.	8	Diani, M.	21
Tilly, C.	8	Avritzer, L.	21

que indica que não houve grande inflexão ao longo dos 17 anos, bem como um conjunto de termos que se referem a termos de caráter teórico-descritivo, tais como instituição, participação, organização, lutas, experiência e mobilização. Perdem lugar os termos empíricos, tais como educação, MST, direito e saúde, e os novos ocupantes da lista dividem-se entre os empíricos (sindicalismo e trabalhador) e os de caráter mais analítico, ainda que genéricos, que vão de atores e ação coletiva a movimentos empíricos, como é o caso de mulher, feminismo, trabalhador e terra.

No que se refere ao lugar que as palavras mais frequentes ocupam na lista, as que dizem respeito a instituições e Estado passam, no período entre 2009 e 2017, a ocupar lugares mais altos na lista: “participação”, por exem-

plo, sai do sétimo lugar e vai para o terceiro, enquanto “instituição” sai do último para o sexto. Somada à observação da última coluna da Tabela 7, essa mudança vem acompanhada da entrada de várias das categorias de análise que caracterizam a abordagem desenvolvida por autores como Sidney Tarrow e Charles Tilly, pois aí se destacam: oportunidade política, recursos e repertórios, sendo a noção de enquadramento a única ausência notória entre eles. Por fim, a presença do Melucci detectada anteriormente nos dois períodos não se reflete no uso do seu conceito de identidade coletiva. Essa composição, portanto, tende a indicar uma incorporação parcial de categorias teórico-analíticas junto a uma tendência de conformação de agendas e energia de pesquisa investidas em torno dos atores empíricos.

**Tabela 6. As 15 palavras mais frequentes nos resumos e nos títulos.**

2000–2008		2009–2017	
(146 artigos)	<i>F</i>	(301 artigos)	<i>f</i>
Mulher	38	Estado	82
Organização	37	Lutas	78
Lutas	36	Participação	71
Estado	35	Organização	62
Feminismo	32	Feminismo	55
Educação	29	Instituição	54
Participação	28	Mobilização	54
Terra	27	Mulher	51
Gênero	24	Trabalhador	50
Direito	23	Governo	47
Saúde	22	Sindicalismo	47
Experiência	21	Experiência	46
MST	21	Ação coletiva	43
Mobilização	20	Atores	43
Instituição	19	Terra	42

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### **Análises de subgrupos de copalavras e correferências**

Com o intuito de investigar como se configuram os debates teórico-analíticos em torno de MS, lançamos mão do procedimento de análise de redes com o uso de copalavras e correferências bibliográficas, como descrito nos procedimentos metodológicos, para visualizar a formação dos subgrupos (*clusters*). O principal resultado referente às copalavras reafirma a tendência identificada no quadro taxonômico da produção, segundo o qual há uma quantidade exígua de artigos dedicados à produção propriamente teórica sobre MS. Para esse mesmo sentido, apontam os dados da Tabela 7 com a conformação de subgrupos em torno de movimentos empíricos, o que indica que os pesquisadores seguem os atores específicos em suas pesquisas. Em outras palavras, parece haver uma filiação aos estudos de movimentos específicos em detrimento do uso de abordagens teórico-analíticas relacionadas com esse ator coletivo.

Tabela 7. Clusterização por copalavras.

<i>Clusters</i> [N de nós] Densidade	Ambiental [8] 0,35	Sexual [6] 0,4	Gênero [33] 0,16	Rural [37] 0,13	Trabalhador [25] 0,18	Mobilização [58] 0,12
Betweenness	Ambientalismo	Movimento LGBT	Feminismo	Lutas	Organização	Estado
	Redes	Gays	Mulher	Educação	Trabalhador	Participação
	Movimentos ambientalistas		Direito	Experiência	Sindicalismo	Instituição
			Gênero	Terra	Militante	Mobilização
Demais nós	Capacidade	Homossexualidade	Autonomia	Acampamento	Articulação	Ação coletiva
	Ecologia	Lésbico	Desigualdade	Agrário	Associativismo	Aids
	Meio ambiente	<i>Queer</i>	Discriminação	Assentamento	Ciclo	Ativismo
	Natureza	Travestis	Diversidade	Camponês	Classe	Atores
	Socioambiental		Doença	Comunidade	Comunicação	Atuação
			Doméstico	Conservadorismo	Confronto	Campanha
			Esquerda	Contradição	Crise	Cidadania
			Étnico	Cotidiano	CUT	Cidadão
			Feminino	Ditadura	Desempregar	Cidade
			Geração	Emancipação	Dialético	Conselho
			Identidade	Enfrentamento	Economia	Consumo
			Igualdade	Espacialidade	Empregar	Contemporâneo
			Inclusão	Estudante	Empresarial	Contestação
			Marchar	Exclusão	Engajamento	Controle
			Movimento feminista	Exploração	Greve	Cooperativismo
			Movimento negro	Ideologia	Hegemonia	Corpo
			Negro	Memória	Militância	Demandar
			Poder	Modernidade	Movimento sindical	Democracia
			Racial	Moradia	Negociação	Direitos humanos
			Racismo	Movimentos rurais	Operário	Discursivo
			Reforma	Movimento estudantil	Trabalhista	Eleitoral
			Reivindicação	MST		Esfera pública
			Reprodutivo	Neoliberal		Etnográfico
		Saúde	Pedagógico		Globalização	
		Sexualidade	Pobreza		Golpe	

Continua...

Tabela 7. Continuação.

<i>Clusters</i> [N de nós] Densidade	Ambiental [8] 0,35	Sexual [6] 0,4	Gênero [33] 0,16	Rural [37] 0,13	Trabalhador [25] 0,18	Mobilização [58] 0,12
			Subjetividade	Popular		Governo
			Sujeito	Povos		Indígena
			SUS	Radical		Junho de 2013
			Violência	Reforma agrária		Legislação
				Resistência		Lideranças
				Rural		Local
				Trabalhadores rurais		Lula
				Urbano		Manifestação
						Militar
						ONGs
						Oportunidade política
						Partidos
						Pluralidade
						Políticas públicas
						Processo político
						Projetos
						Protesto
						Recurso
						Religião
						Renda
						Repertório
						Representação
						Ruas
						Sistema
						Sociedade civil
						Solidariedade
						Território
						Transformação
						Transnacional

CUT: Central Única dos Trabalhadores; MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; SUS: Sistema Único de Saúde; ONGs: organizações não governamentais.

A primeira linha dessa tabela contém denominações por nós próprios atribuídas e que sintetizam as palavras que possuem maior medida de *betweenness* (a terceira linha da tabela); são os *clusters*: ambiental, sexual, gênero, rural, trabalhador e mobilização. Os *clusters* diferem em tamanho. De tamanho diminuto, há os *clusters* ambiental e sexual, que não passam, respectivamente, de oito e seis nós. De tamanho intermediário, há os *clusters* gênero, rural e trabalhador, variando entre 25 e 37 nós. É interessante notar que tanto os *clusters* menores como os *clusters* intermediários trazem, entre seus principais nós, termos que designam cate-

gorias empíricas: movimento ambientalista, gays, mulher, terra, trabalhador. Em contraste com esses cinco *clusters*, o subgrupo que chamamos de mobilização se destaca não tanto, ou não só, pela quantidade maior de nós, mas, especialmente, por não aparecer atrelado a um movimento social específico. Quer dizer, aparecem no *cluster* mobilização copalavras que dizem respeito ao Estado e às instituições, tais como governo, conselho, representação, políticas públicas, legislação e democracia.

Já na Tabela 8, a clusterização por correferências (isto é, por autores que tendem a aparecer conjuntamente nas referências

**Tabela 8. Clusterização por correferências.**

<i>Clusters</i>	1	2	3	4	5	6	7
[N. de nós]	[5]	[9]	[9]	[9]	[18]	[18]	[19]
Densidade	0,5	0,3	0,33	0,75	0,12	0,21	0,28
Betweenness	Sigaud, L.	Harbermas, J.	Bourdieu, P.	Diani, M.	Tarrow, S.	Melucci, A.	Tilly, C.
		Taylor, C.	Foucault, M.	Gohn, Maria da G.	Giugni, M.	McAdam, D.	Taggiba, L.
			Macrae, E.	Scherer-Warren, I.			Avritzer, L.
Demais nós	Elias, N.	Fraser, N.	Butler, J.	Castells, M.	Swidler, A.	Snow, D.	Doimo, A. M.
	Rosa, M. C.	Weber, M.	Facchini, R.	Della Porta, D.	Kriesi, H.	Alonso, A.	Dagnino, E.
	Navarro, Z.	Dewey, J.	Misoczky, M.	Touraine, A.	Kowarick, L.	Goodwin, J.	Mische, A.
	Camargo, A.	Carvalho, J. M.	Fry, P.	Seoane, J.	Harvey, D.	Olson, M.	Abers, R.
		Alexander, J.	Fine, B.	Sousa Santos, B.	Lefebvre, H.	McCarthy, J.	Guza Lavalle, A.
		Honneth, A.	Coleman, J.	Warren, M.	Stamatov, P.	Morris, A. D.	Eder, S.
		Oro, A.			Putnam, R.	Johnston, H.	Silva, M. K.
					Boschi, R.	Polletta, F.	Dowbor, M.
					Amenta, E.	Benford, R.	Goldstone, J.
					Svampa, M.	Laclau, E.	Lüchmann, L.
					Bringel, B.	Gamson, W.	D'Araujo, M.
					Hanagan, M.	Zald, M.	Hochstedler, K.
					Keck, M.	Goffman, E.	Wampler, B.
					Smith, J.	Inglehart, R.	Auyero, J.
					Piven, F.	Klandermans, B.	Skocpol, T.
				Clemens, E.	Buechler, S.	Giugni, M.	

bibliográficas) reforça boa parte dos achados anteriores. O lado esquerdo da tabela, com as três primeiras colunas, traz subgrupos de autores centrais nos seguintes debates: rural (Sigaud); democracia/reconhecimento (Habermas e Honneth); e gênero e sexualidade (Bourdieu, Foucault e Macrae). No que diz respeito ao debate sobre ação coletiva e movimentos sociais, é interessante notar o deslocamento de Habermas — autor que já teve seu lugar no pódio dos debates brasileiro e latino-americano sobre movimentos (*cf.* Alonso, 2009) — para um subgrupo mais próximo a questões de teoria política e teorização democrático-normativa. Outro detalhe instigante nesse lado da tabela é a presença de Pierre Bourdieu. Como veremos ao final do texto, tal como ocorre com a apropriação da obra de Charles Tilly, a presença bourdieusiana aí não precisa ser tomada como sinônimo de uma sorte de plena liderança desse francês na literatura especializada sobre gênero e sexualidade. Tal posição pode denotar, ao contrário, o conjunto de críticas que foram, na esteira de Correa (1999), endereçadas tanto à *Dominação masculina* como à obra de Bourdieu, mais amplamente.

O outro lado da tabela (colunas de 4 a 7) distingue subgrupos especificamente dedicados à pesquisa sobre a ação coletiva, seus atores e dilemas, e são tais subgrupos que caracterizam o que pode ser chamado de o “debate *próprio* de movimentos sociais”. Para dizê-lo de outro modo, enquanto os três *clusters* à esquerda partem da ação dos MS para se indagar a respeito de outras dinâmicas e clivagens, os quatro *clusters* à direita colocam a questão das condições e dos efeitos da mobilização no núcleo analítico distintivo de sua agenda de pesquisa. Daí, então, a presença marcante dos autores da antiga Teoria do Processo Político, hoje autopromulgada *Contentious Politics*: Tilly, Tarrow e

McAdam. Outros autores, tais como Diani e Giugni, destacam-se aí pela formalização dada não só ao conceito de movimento social, mas também a seus múltiplos efeitos — culturais, institucionais, discursivos etc. Ainda no âmbito dos sobrenomes de estrangeiros, nota-se, novamente, na análise longitudinal, a permanência consistente que Melucci segue exercendo. Reforçando os achados da mudança ocorrida nas duas últimas décadas, a presença da autoria vinda do debate internacional, sobretudo da *Contentious Politics*, denota o dramático deslocamento sofrido por autores como Touraine e Castells. Tal deslocamento, como veremos ao final do texto, está em grande medida ligado à emergência teórico-analítica do sistema político e das interações socioestatais — sem carga normativa, *a priori*, como era de praxe, notadamente, em Touraine (1978) — como dimensões explicativas fundamentais da ação dos MS e de seus efeitos.

Nas colunas de autores do debate próprio sobre MS, a presença de sobrenomes de brasileiros expressa as diferentes gerações do debate. Mais ligadas a Diani, Maria da Glória Gohn e Ilse Sheren-Warren expressam a vitalidade de um debate que atravessou décadas, o debate dos então chamados *movimentos sociais urbanos* que marcou os anos 1980, permanecendo até hoje como referência nacional incontornável entre nós. Mais ligados a Tilly, Leo Avritzer e Luciana Tatagiba são a marca de uma geração contemporânea de agendas e avanços de pesquisas dedicadas às dinâmicas de participação e de institucionalização de demandas dos MS perante o Estado e nele (*cf.* Gurza Lavallo *et al.*, 2019), sob formas conflituosas, cooperativas ou ambivalentes.

Assim, a Tabela 8 mostra-nos ao menos duas coisas. Considerada em sua divisão entre esquerda e direita, traz-nos autores, de um lado, ligados a debates específicos e

especializados — reforçando, portanto, o achado dos subgrupos analisados na tabela anterior — e, de outro lado, um conjunto de autores propriamente dedicados aos MS *qua* problema de pesquisa. Além disso, vista pelo prisma do lado direito, a tabela com os principais nós correferenciados permite notar, simultaneamente, tendências geracionais tanto de permanência quanto de inovação autorais em nosso debate.

### **Conclusões: fragmentação e especialização, permanência e inovação**

Embora esteja ainda em seus primeiros passos nas Ciências Sociais brasileiras, a pesquisa orientada por dados bibliométricos mostra resultados profícuos e bastante originais aos olhos daqueles que, como nós, procuram contrastar evidências empíricas e autoimagem acadêmica. Na busca pelo conjunto dos artigos que giram ao redor da ação dos MS, encontramos nosso primeiro resultado: a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política dedicam, no Brasil, investimento significativo a atores e atrizes em ação. Quer dizer, ao invés de depararmos com termos que evidenciam dinâmicas macrossociológicas, tais como “classe” ou “estrutura social”, encontramos coletivos e personagens organizados distinguidos por clivagens, tais como gênero e distribuição espacial.

As análises por frequência de palavras e autores e de subgrupos por copalavras e correferências confirmam o que alguns diagnósticos (Silva, 2010; Scherer-Warren; Lüchmann, 2015; Bringel; Teixeira, 2015) já estavam apontando: a especialização em-

pírica e a fragmentação teórica do campo de estudos de MS. A especialização consiste na produção de pesquisas sobre MS em torno de atores empíricos específicos (mulheres, trabalhadores etc.), dado reforçado pela esmagadora presença (quase 90%) de artigos de perfil empírico. Nota-se, então, com base na produção qualificada e publicada nas últimas décadas, que os pesquisadores de MS na área de Ciências Sociais seguem atores empíricos e condensam em torno deles suas investigações. A exceção, nesse caso, ficou evidente no subgrupo que denominamos mobilização. Nele, ao contrário dos demais, os termos que unem os artigos em análise são tendencialmente menos extraídos de contextos e casos empíricos, assumindo veia mais analítica: ação coletiva, instituição, representação e mobilização, que constituem algumas das categorias que configuram o debate sobre MS enquanto forma específica de ação coletiva.

A fragmentação, por sua vez, refere-se à dispersão de referências teóricas, isto é, a existência de subgrupos de autores diferentes e que não são compartilhados entre si. Tal diferenciação, por sua vez, leva-nos a outra conclusão, obliquamente reforçada pelos subgrupos de correferências, qual seja: se as Ciências Sociais brasileiras tanto seguem atores e suas formas de mobilização quanto se especializam *pari passu* a tais formas de mobilização, elas não o fazem do mesmo modo, isto é, não o fazem partindo de modelos e debates teóricos unificados. Diferentes debates estruturam-se e especializam-se segundo distintas tradições e fortunas teóricas<sup>12</sup>.

Tendo em vista esses debates, podemos observar as transformações no conjunto de autores e autoras que vêm pautando nossa

---

12 Embora sem evidência empírica robusta, Scherer-Warren e Lüchmann (2015) destacaram esse ponto ao falar da multiplicação de grupos de trabalho (GTs) no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) ao longo dos anos 1990.



agenda, a um só tempo, diversa e unificada, na qual inovação conceitual e permanência autoral andam juntas. Vejam-se, por exemplo, a liderança conquistada pelos teóricos da *Contentious Politics* no Brasil e a respectiva inserção no debate brasileiro das categorias por eles desenvolvidas, a exemplo de “repertórios” e “oportunidades”; ao mesmo tempo em que Tilly e Tarrow ganharam notório peso entre nós, sobrenomes como os de Melucci, Dagnino e Gohn seguem fortes na influência bibliométrica. A tabela das correferências traz dados que apontam no mesmo sentido: permanência e inovação — Gohn e Sheren-Warren, clássicas da primeira geração de estudos de quando *novos personagens entraram em cena*, dividem espaço, entre os nós mais referenciados, com as duplas Tilly e Tarrow e, não por acaso, Avritzer e Tatagiba. Esse último dado nos leva à nossa última apreciação.

A posição de liderança dos autores da *Contentious Politics* é evidente em nossos dados. Tilly e Tarrow, juntos de McAdam e Giugni, desbancaram Habermas e Touraine — apenas Melucci sobreviveu aos anos 1990. Essa mutação na configuração do debate traz consigo uma mudança, a nosso ver, fundamental: a entrada do sistema político, de seus atores e dinâmicas, na heurística utilizada para explicar os MS, suas condições e seus efeitos. No Brasil, passo analítico fundamental dado nesse sentido foi operado por Evelina Dagnino ao dessacralizar a sociedade civil e desdemonizar o Estado (*cf.* Dagnino, 2002), invocando, em seguida, a heterogeneidade estatal (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006). Na esteira dessa profícua agenda, au-

tores como nós e outros passaram a enfatizar as múltiplas conexões entre Estado e atores não estatais, de modo a conferir estatuto analítico à mútua constituição entre ambos (Gurza Lavalle; Szwako, 2015; Gurza Lavalle *et al.*, 2019). Essa mudança na agenda de pesquisa é também, indiretamente, observável na análise longitudinal dos termos do debate: enquanto “Estado” cresce claramente alcançando o pódio no segundo período, “instituição” e “participação” sobem entre quatro e seis posições, ao passo que o termo “organização” se mantém discretamente estável em ambos os períodos<sup>13</sup>. A entrada *Contentious Politics* deve ser entendida, então, nesse contexto de debate no qual as interações com o sistema político passam a contar nas análises, superando algum voluntarismo normativo. Tal incorporação, contudo, não pode ser tomada como uma importação bem-comportada de teorias estrangeiras. Ao contrário, na literatura brasileira recente, a leitura da obra de Tilly, especialmente, foi submetida a inúmeras críticas e ressignificada sob formas muito criativas de apropriação (*cf. inter alia* Dowbor; Szwako, 2013; Abers; Serafim; Tatagiba, 2014). Assim, se Tilly e Tarrow perfilam no topo de nossas bases bibliométricas, isso não significa automaticamente que essa liderança seja incontestada ou abraçada sem as devidas reservas e nuances.

Se a análise taxonômica mostrou um crescimento de publicações sobre os MS, outros resultados aqui discutidos apontam para o desafio da construção teórico-analítica com base nesse conjunto de subgrupos. O desafio contém em si potencial à medida que o es-

---

13 Para outras análises que venham a conjugar veias bibliométrica e bibliográfica, seria o caso de analisar se e em que medida se alterou o próprio sentido com que é empregado o termo “organização” em ambos os períodos. Como boa parte da literatura brasileira se manteve, desde os anos 1980, ocupada em fazer uma defesa normativa dos MS antes de analisá-los, é, ainda hoje, rara uma análise organizacional dos movimentos *a la* Teoria da Mobilização de Recursos e, portanto, lendo a ação dos MS a partir das chamadas “organizações de movimento social”.

forço coletivo entre diversos campos de estudos de MS resulte em elaboração teórica com base no sólido conhecimento de MS no Brasil e em diálogo com a literatura internacional. Resta ainda pensar se e como essa futura interlocução acadêmica pode contribuir para com os próprios movimentos.

Outro resultado interessante (e também um tanto ambíguo) diz respeito à composição de gênero da autoria que marca os debates de MS no país. Ao contrário do senso comum reinante nos corredores e nos currículos, parte predominante da produção bibliográfica dedicada a MS é liderada, no Brasil, por mulheres. Os principais nomes aí são: Evelina Dagnino, Ilse Sheren-Warren e Maria da Glória Gohn, com a emergência mais recente de Angela Alonso, seguida de Luciana Tatagiba e Rebecca Abers. Apenas com os dados relativos à mudança temporal na liderança dos autores e com os subgrupos também de autores, não seria possível aferir os porquês desse perfil altamente feminizado. Poderíamos, porém, lançar uma hipótese disciplinar segundo a qual esse perfil generificado pode ser compreendido em razão do caráter limítrofe ocupado pelos estudos de MS na fronteira entre a Sociologia e a Ciência Política. Isto é, uma fronteira entre duas disciplinas nas quais a divisão sexual do trabalho intelectual é, respectivamente, fracamente demarcada e fortemente demarcada, de modo que o tema *movimentos sociais* ocuparia um lugar *menor* no espaço da produção e da reflexão politológicas, altamente masculinizado.

Antes de concluirmos, uma nota sobre ausências e outra de tendência. Em meio a várias mudanças e igualmente permeado por continuidades, é possível notar que o debate brasileiro sobre MS tem, raras vezes, se aber-

to para os contramovimentos e suas formas de mobilização de bases, coalizões e estratégias ao redor de pânicos e políticas públicas<sup>14</sup>. Destacamos também a reiterada negligência com que (não) é tratada a questão das formas religiosas de associação e de suas interações com o sistema político, com efeitos institucionais já vividos alhures (cf. Szwako, 2014) e, como se sabe, também no Brasil. Uma falta igualmente importante diz respeito às dinâmicas de repressão e aos padrões de negociação e interação violenta com forças repressivas nos estudos de MS entre nós.

Por fim, tendência empírica que surge atualmente, ainda sem ressonância bibliométrica, está nos chamados “coletivos” ou “movimentos culturais”. Tal como vínhamos defendendo (Szwako; Dowbor; Carlos, 2016), parece-nos fundamental que pesquisas menos versadas em ação coletiva não reproduzam excessos e expectativas que um dia marcaram (e oneraram) outras gerações de pesquisa. Quer dizer, o debate brasileiro avançou de tal modo que a criatividade hoje necessária para interpretar a emergência dessas personagens, suas redes e conexões nas sociedades civil e política pode e, a nosso ver, deve se valer de categorias e rupturas cognitivas já conquistadas e relativamente estabelecidas nas pesquisas sobre MS. Sob pena de ficarmos reféns de uma sorte de *looping* de Sísifo, a temperança nas apostas normativas nos é salutar não só para análises mais realistas e relacionais desse tipo de repertório organizacional, mas também para não esquecermos, por efeito de modas, de outras experiências contemporâneas — pensamos, por exemplo, nas “marchas” — que são também formas parcialmente inovadoras de organizar e articular identidades e de coordenar a ação.

---

14 Exceção aqui é Pereira (2018).

No seu todo, enfim, nosso texto mostrou alguns dos caminhos pelos quais nossas Ciências Sociais aprofundaram e complexificaram um movimento teórico que vinha, no Brasil, se desenhando desde fins do regime autoritário, quando a Sociologia, a Ciência Política e, particularmente, a Antropologia passaram a criticar categorias *macro* e a

seguir atores e atrizes em suas lutas e experiências. Mais que isso: mostramos também que os artigos das pesquisas aqui analisadas se situam em um debate internacional mais amplo, diante do qual autores e, sobretudo, autoras fizeram suas críticas e reservas, trazendo teorizações e inovações a partir daquelas experiências e personagens.

## Bibliografia

- ABERS, R.; BULOW, M. V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, v. 28, n. 13, p. 52-84, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, v. 76, p. 49-86, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>
- BARREIRA, I. Social Movements, Culture, and Politics in the Work of Brazilian Sociologists. **Latin American Perspectives**, v. 38, n. 3, p. 150-168, 2011. <https://doi.org/10.1177%2F0094582X10393695>
- BLONDEL, V.; GUILLAUME, J.-L.; LAMBIOTTE, R.; LEFEBVREE, E. Fast unfolding of communities in large networks. **Journal of Statistical Mechanics**, v. 2, p. 1-12, 2008. <https://doi.org/10.1088/1742-5468/2008/10/P10008>
- BOSCHI, R. **A arte da associação**: política de base e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.
- BRINGEL, B.; TEIXEIRA, M.A. Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. In: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (orgs.). **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: EDUFSC, 2015.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 3, p. 1-12, 1987.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: ALMEIDA, M.; SORJ, B. (orgs.). **Sociedade política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTELLS, M. **Movimientos Sociales Urbanos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.
- CORREA, M. O sexo da dominação. **Novos Estudos Cebrap**, n. 54, p. 43-53, 1999.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social Movements**: An Introduction. Malden: Blackwell, 2006.

- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-1970. Rio de Janeiro: Relume-Dumara/Anpocs, 1995.
- DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público...: *performance* e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 43-55, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300004>
- DURIGUETTO, M. L.; SILVA, K. N.; SOUZA, A. R. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katál**, v. 12, n. 1, p. 13-21, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000100003>
- GOHN, M. da G. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 79-103, 2014. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p79>
- GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a *Marcha das vadias* no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200007>
- GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Movimentos Sociais, Institucionalização e Domínios de Agência. *In:* GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. (orgs.). **Movimentos Sociais e Institucionalização:** Políticas Sociais, Raça e Gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019. v. 1.
- GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0191211157>
- HAGBERG, A.; SCHULT, D.; SWART, P. *NetworkX Reference*. 2008. Disponível em: <[https://networkx.github.io/documentation/latest/\\_downloads/networkx\\_reference.pdf](https://networkx.github.io/documentation/latest/_downloads/networkx_reference.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2018.
- JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 221-236, 1980. (mimeo.)
- JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 23, p. 18-34, 1987.
- KAUCHAKJE, S. 35 anos de pesquisa sobre movimentos sociais: permanências e diversidades nas teses e dissertações realizadas na USP e UNICAMP. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 113-132, 2010.
- KOWARICK, L. Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 38-50, 1987.
- MACHADO DA SILVA, L. A.; ZICCARDI, A. Notas para uma discussão sobre “movimentos sociais urbanos”. *In:* ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 3., 1978. **Anais...** Belo Horizonte, 1978. (mimeo.)
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, v. 76, p. 11-48, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>
- PEREIRA, M. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. Um panorama dos estudos sobre movimentos sociais e a participação no Brasil. *In:* SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (orgs.). **Movimentos sociais e engajamento político:** trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: EDUFSC, 2015.

- SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 2-9, 2010.
- SZWAKO, J. O “mau desempenho” de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. **Opinião Pública**, v. 20, n. 1, p. 132-155, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762014000100007>
- SZWAKO, J.; DOWBOR, M.; CARLOS, E. *Apresentação* Dossiê Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Participação. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica**, Rio de Janeiro, 2016.
- TATAGIBA, L. *et al.* Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (orgs.). **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil**. Brasil: IPEA, 2018. p. 105-138.
- TOURAINÉ, A. **La voix et le regard**. Paris: Les Éditions du Seuil, 1978.
- VALMORE, F.; SOUZA, N. R. Movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil em sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1), 2005-2014. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica**, Rio de Janeiro, n. 82, p. 105-126, 2016.

## Resumo

*A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000–2017): tendências e inovações*

O texto analisa a produção de artigos sobre movimentos sociais na base *Scielo.com*, publicados entre 2000 e 2017. Inspirados por consensos parciais na literatura especializada, fazemos a descrição estatística do *corpus* analisado em termos longitudinais, de frequência de palavras e, ainda, por correferências. As conclusões permitem notar que o debate brasileiro sobre movimentos sociais tem sido liderado por autoras mulheres, bem como tem se aproximado dos teóricos da chamada Contentious Politics, somando, crítica e criativamente, o Estado e as interações socioestatais nas suas explicações de modo a conjugar permanências e inovações teóricas.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; Bibliometria; Interações socioestatais; Política do confronto; Inovação.

## Abstract

*The Brazilian bibliography on social movements (2000-2017): trends and innovation*

This article analyzes the production of articles on social movements in the Scielo.com database, published between 2000 and 2017. Inspired by partial consensus in the specialized literature, we make the statistical description of the corpus analyzed in longitudinal terms, in terms of word frequency and, also, by correspondences. The conclusions show that the Brazilian debate on social movements has been led by female authors, as well as approaching the so-called Contentious Politics theorists, adding, critically and creatively, the State and socio-state interactions in their explanations in order to combine permanences and theoretical innovations.

**Keywords:** Social movements; bibliometric analysis; interactions; contentious politics.

## Résumé

*La production d'articles académiques sur les mouvements sociaux publiés dans des revues brésiliennes (2000-2017): tendances & innovations*

Cet article analyse la production de la littérature brésilienne sur les mouvements sociaux dans la base de données Scielo.com entre 2000 et 2017. Inspirés d'un consensus partiel dans la littérature spécialisée, nous observons et décrivons le corpus empirique en termes longitudinaux, par fréquence de mots et par classification des auteurs cités. Nos résultats montrent un rôle féminin distinct parmi les principaux auteurs brésiliens, ainsi que la réception (critique) de l'approche des soi-disant théoriciens de la politique contentieuse. Les chemins de la littérature analysés sont, heureusement, de plus en plus concentrés au tour des interactions société-étatiques, en combinant patrimoine théorique et innovation.

**Mots-clés :** Mouvements sociaux; Bibliométrie; Interactions socio-étatiques; Politique de confrontation; L'innovation.

